

OCUPAÇÃO DAS CABECEIRAS DO RIO PARDO EM SÃO PAULO: OURO E AS DIVISAS NO FINAL DO SÉCULO XVIII

Marcos Celeste (UNESP-Franca)

O contexto paulista em fins do século XVIII



Mapa do estado de São Paulo e em destaque a atual cidade de Caconde¹.

As origens da população que vivia em volta do Rio Pardo estavam relacionadas com o século XVIII, momento em que a mineração, sobretudo do ouro onde hoje estão Mariana (antiga Vila Rica), Ouro Preto e São João del Rey, criou condições para a mudança econômica e administrativa no sul da colônia (Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo). A busca pelo metal não se encerrou, outras regiões que não os grandes núcleos de exploração também tiveram suas catas.

O sul passou a ser o principal eixo econômico do Brasil, tanto que ali se criaram importantes estruturas administrativas. A sede do vice-reinado foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763, além disso, Minas Gerais apresentou

grande aumento populacional baseado em áreas urbanas, devido às novas circunstâncias.

Para o historiador Pedro Geraldo Tosi a economia do ouro alterou o povoamento da capitania e suas estruturas agrárias, isso porque, a população de Minas Gerais necessitava de gêneros alimentícios e meio de transporte que a capital no Rio de Janeiro não conseguia suprir. Surgiram então regiões para abastecer este novo mercado. São Paulo, então, foi uma das regiões que passaram a fazer parte das atividades mercantis internas da colônia.

Ambos os vetores encontraram-se no momento em que as populações mineiras passavam a demandar gêneros complementares – alimentos e tropas – à atividade principal. O ouro e a atividade mineradora demandavam gêneros alimentícios e meios de transporte que a capital sozinha revelava-se incapaz de abastecer².

A sociedade paulista baseada na agricultura de subsistência com pequenos núcleos agrícolas espalhados em extensivas porções de terras, foi pressionada a se transformar devido aos novos fatores econômicos e culturais por qual a agricultura paulista passava.

Mudanças no cenário agrário, nas estruturas de domicílio, nas relações familiares e na questão do trabalho, formaram um novo complexo histórico na sociedade paulista de então, fundamental para a integração da capitania e para posteriores momentos socioeconômicos que ela viveu.

Nesse contexto, as primeiras transformações de importância introduziram-se a partir, sobretudo da segunda metade do século XVIII, pois a população cresceu extraordinariamente por reflexo e atuação da economia mineira. Tal como crescimento acarretou mudanças agrícolas. Mas era preciso esperar algum tempo para que se percebessem os resultados visíveis das transformações profundas que começavam a se operar³.

Maria Luiza Marcílio verificou um importante crescimento populacional entre os anos de 1765 a 1808 e deste então até 1872, quando se verifica que não houve refluxo populacional na capitania de São Paulo, como muitas vezes se afirma.

No período seguinte, de 1765 a 1808, seu aumento foi menos acentuado (148%) que na fase precedente, embora esse crescimento seja, para a época e para as condições demográficas vigentes, realmente singulares.

No século XIX, de 1808 a 1872 verificou-se novamente aceleração no ritmo do crescimento, da ordem de 390%⁴.

As ocorrências de natalidade paulistas eram muito elevadas se comparadas a outras regiões da colônia, isso era motivado pelas altas taxas de nupcialidade e pelo elevado número de filhos bastardos⁵ da região que, dependendo da época, atingia médias de 40 crianças para cada 100 nascimentos.

Conclui assim, com segurança, que a natalidade antiga paulista era extremamente elevada entre o final do século XVIII até o ano de 1836, situando-se entre 50 e 55 nascimentos por ano, para cada mil habitantes livres, sendo, pois, entre os mais altos conhecidos⁶.

Somente os índices de nascimento não explicam tal quadro. A população que fugia da crise da mineração no final do século XVIII foi importante para compor o quadro marcado pelo crescimento populacional, ela era composta de famílias com grandes núcleos de pessoas nas suas dependências como escravos e agregados ou pequenos núcleos familiares, onde havia um casal e alguns filhos ou até mesmo indivíduos isolados.

Outro fator que contribuía era o índice de mortalidade, que apesar de alto, não era em decorrência de crises de fome, guerras ou pestes, mas a questões sanitárias e de higiene, acidentes de trabalho e violência, fatores que não abalavam drasticamente o crescimento ascendente da população.

Em resumo, a população livre da capitania de São Paulo estava em crescimento constante desde o século XVIII, crescimento este basicamente ao seu aumento próprio, vegetativo. A ausência de catastróficas crises demográficas em todo o período anterior a 1850 está na essência desse fenômeno. Além disso, a imigração (mais de escravos do que de livres) contribuiu para fortalecer os altos índices de crescimento encontrados⁷.

As unidades baseadas em pequenas famílias predominavam entre os domicílios paulistas, o que, segundo Maria Luiza Marcílio, contraria a idéia de algumas correntes historiográficas que afirmam que eles apresentavam grandes números de indivíduos baseados na família patriarcal.

A historiografia brasileira, até os anos de 1970, aceitou a tese da preponderância da família extensa e patriarcal na sociedade tradicional brasileira. Viveriam assim, num mesmo teto país, avós, filhos solteiros, e casados, netos, parentes e afins agregados, sem se falar nos escravos⁸.

Essa população estruturava-se em núcleos domiciliares e familiares chamados de fogos, que apresentavam uma média de 4,6 indivíduos por domicílio sem contar os escravos, com eles a média aumentava para 5,9 em 1765 até 7,2 indivíduos em 1836. Por exemplo, no oeste paulista (região que compreendia o "Sertão do Rio Pardo") os fogos com quatro moradores variavam de 44,6% em 1798 até 46,6 em 1808.

Dominavam, nas casas paulistas, os pequenos grupos domésticos compostos por uma a quatro pessoas; estes formavam quase 50% do total dos fogos, tanto em 1798, como trinta anos mais tarde. Nesse sentido, as variações regionais são pequenas, mas suficientes para mostrar os primeiros sinais de uma diferenciação por zonas, em gestação⁹.

Tudo bem que os indícios históricos e as estatísticas do período demonstrem unidades familiares menores em relação à "preponderância da família extensa e patriarcal" da qual a historiografia tradicional aceitou.

Entretanto, aqui cabe uma discussão: acreditamos também que havia uma mentalidade naquela sociedade que buscava a constituição da grande família em uma propriedade com produção de excedentes, ou seja, as pessoas se inspiravam naqueles fogos mais estruturados materialmente, era como se fosse um modelo da época. Assim pensamos que essas pequenas famílias se estruturavam na esperança de se tornarem grandes propriedades familiares.

Os fogos paulistas eram unidades menores devido à prática de uma agricultura itinerante e para o próprio consumo. Segundo José Chiachiri Filho, os fogos são importantes unidades sociais e econômicas, pois eles eram os responsáveis por grande parte da produção e pelas relações humanas¹⁰.

O que é comum a muitos desses fogos é que eles podiam ser baseados em um chefe familiar, no trabalho escravo ou no agregado (indivíduos que não pertencem à célula nuclear da família, podendo possuir laços sanguíneos ou não) ou, ainda, somente no trabalho familiar, geralmente estavam baseados na família conjugal com um único chefe na estrutura.

Quase três quartos de todos os domicílios paulistas, possuindo ou não escravos, eram constituídos por estruturas familiares simples: casais com ou sem filhos,

pais ou mães que – viúvos, solteiros ou casados – dirigiam a só os seus fogos¹¹.

Apesar da existência da mão de obra compulsória, o trabalho livre variou de 77% a 71% entre os anos de 1798 e 1828, outro fator para tal constância é o alto nascimento entre os livres, que impedia uma queda brusca desses índices, já que o número de escravos dobrou nesse período.

Muitos agricultores e proprietários de terras, gradualmente, passaram a comprar escravos negros (antes se praticava em São Paulo a captura do nativo para o trabalho compulsório), essa atitude também contribuiu para mudanças no panorama demográfico. Foi nesse período que o trabalho compulsório tornou-se importante em São Paulo, onde o final do século XVIII marcou o momento em que essa parcela escrava passou a ser significativa na sociedade paulista, sendo fundamental no novo ambiente econômico de exportação.

A divisão do trabalho tornou-se mais complexa, surgiram os sitiantes, os setores secundários e terciários, a sociedade foi ficando menos homogênea e o trabalho começou a tornar-se mais especializado e baseado em uma economia de produção de excedentes, a divisão do trabalho baseado entre o escravo e o senhor de engenho foi aos poucos se alterando.

A terra passou a ser valorizada conforme a agricultura se voltava para mercados internos e externos, assim aos poucos surgiu à idéia de propriedade individual e particular da terra. Por muito tempo a terra foi entendida como patrimônio da coroa, mas, conforme as necessidades da colônia se transformavam outras relações foram se estabelecendo com a terra.

Houve também influências estrangeiras, sobretudo vindas da Inglaterra, onde surgiram, nos séculos XVIII e XIX, teorias que fundamentavam a propriedade particular e burguesa da terra.

Ainda assim, o capital mais importante naquela sociedade era a propriedade escrava, ele valia mais do que a posse da terra. É bom lembrarmos que apesar da valorização da terra, ela era muito abundante e não havia definições claras sobre leis patrimoniais, ocorreram discussões jurídicas e políticas sobre a questão da terra. Questionava-se o seu valor como algo da Coroa ou se ela já podia ser vista como uma propriedade individual e não apenas uma concessão do Estado.

Quanto maiores às escravarias de um fogo ou de um proprietário de terras, maiores eram as possibilidades de produzir e ser competitivo e, assim, adquirir novas terras e não perder mercado consumidor. O processo de concentração fundiária paulista está assentado não só no processo de valorização da terra, mas no sistema de trabalho escravo.

A estrutura jovem da população livre e as fortes razões de dependência da população total criaram, em todo o período, o mais grave problema com que se defrontou a grande lavoura monocultora em expansão, ou seja, a carência de mão de obra adulta. As famílias que tiveram meios e capitais acumulados puderam contornar o problema com que se defrontou a grande lavoura monocultora em expansão, ou seja, as carências de mão de obra adulta. As famílias que tiveram meios e capitais acumulados puderam contornar o problema, importando continuamente escravos adultos do sexo masculino; elas eram minorias. Foi essa minoria que definiu mais a estratificação social e que trouxe consigo os fermentos da diferenciação sociedade [...] ¹².

O comércio interno também propiciou a monetarização econômica de São Paulo, fundamental na construção das estradas de escoamento, na compra de escravos e na expansão da ocupação territorial paulista, assim surgiram na capitania paulista diferentes núcleos populacionais que envolviam estruturas mais complexas, ou seja, núcleos urbanos com vendinhas, capelas e, também permitiu que os funcionários do estado chegassem até essas regiões.

Pode-se considerar que as transformações demográficas e agrárias paulistas, verificados pelos estudos de Maria Luiza Marcílio, foram importantes na ocupação de diversas áreas paulistas, além do Vale do Paraíba, da região sul (Sorocaba) e da Vila de São Paulo e suas cercanias.

As terras que margeavam o Rio Pardo e a “Estrada dos Goyazes” pertenceram a este processo. Os fatores que alteraram o quadro paulista naquele momento também repercutiram ali, contudo interações diversas construíram uma peculiaridade típica do nordeste paulista que o diferenciou das demais regiões que viviam parecidos processos de transformação no século XVIII para o XIX.

Ouro e as divisas com Minas Gerais

Boa parte do nordeste paulista era conhecida como “Sertão do Rio Pardo” devido ao rio com este mesmo nome que cortava tal região, com a descoberta de ouro em Goiás e as transformações paulistas já vistas neste trabalho, o trânsito humano aumentou na região, sobretudo, devido à “Estrada dos Guayazes” que era o principal caminho para a região goiana. Foram os moradores deste “Sertão” que iniciaram a ocupação paulista das “Cabeceiras do Rio Pardo”.

Para isso vamos observar as “Cabeceiras do Rio Pardo”, onde, começa o percurso paulista do Rio Pardo. Essa região pertencia a Vila de Moji-Mirim (SP) e apresentou diversos nomes, reconhecidos até pelos recenseamentos feitos ainda no século XVIII, como o “Descoberto de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Cabeceiras do Rio Pardo” ou o “Descoberto do Rio Pardo” ou ainda “Cacunda” que originou o nome de Caconde.

Podemos perceber diferenças existentes logo ao início do seu processo de ocupação. Enquanto parte do “Sertão do Rio Pardo” era influenciado pelo “Caminho de Guayazes” e pela predominância de áreas para cultivar e criar gado, as “Cabeceiras do Rio Pardo” conviviam com as catas de ouro em seus afluentes e por isso o seu povoamento inicial foi diferente das regiões agrárias.

O ouro foi motivo de cobiça e importante atração local. No início não eram as terras ou a necessidade de se cultivar que levaram as pessoas para lá e sim o metal que motivou e foi fundamental para a efetiva ocupação do lugar. Logo após sua descoberta em 1765, a região tornou-se um povoado expressivo para a época.

O descoberto do Rio Pardo, como já afirmamos (Capítulo 1º) encontrava-se afastado da rota da ‘Estrada dos Guayazes’ e sua formação histórica não obedece às mesmas diretrizes do ‘Sertão do Rio Pardo’. Era uma região bem mais povoada, proporcionalmente ao seu território, graças à aluvião de seus córregos. Aí estavam às autoridades civis e religiosas com jurisdição em toda zona do Rio Pardo¹³.

Em 1775 é criada a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bom Sucesso do Rio Pardo (Freguesia de Caconde), traçaram-se suas novas divisas, foi nomeado como pároco o Padre Francisco Bueno de Azevedo e, logo foram definidos seus limites e denominada como distrito da Vila de Moji-Mirim:

A partir de 1765 o povoado aumentou consideravelmente, sendo elevado a Freguesia em 1775. Por mais que pesquisássemos na abundante documentação existente

no Arquivo do Estado, e em estudos à parte, não logramos encontrar o ato pelo qual essa elevação se deu. Na Cúria Metropolitana consta apenas que Caconde teria sido elevada a Curato em 1775. Certas referências, entretanto, levam-nos a identificar esse ano como o da elevação a freguesia. Moreira Pinto chega a afirmá-lo categoricamente: No ano de 1775 a então Freguesia de N. S. do Bom Sucesso [sic.] do Rio Pardo foi desmembrada, no que diz respeito à vigararia da Vara, da de Mogi-Mirim e, quanto ao paróquiato da de Mogi-Guassú sendo pelo bispo D. Frei Manoel da Ressurreição¹⁴.

Segundo afirma o historiador Adriano Campanhole, essas medidas foram tomadas não só devido ao ouro, mas para proteger as divisas paulistas em relação a Capitania de Minas Gerais:

Aparentemente nascida ao sabor da ventura do ouro, Caconde foi, no entanto, a sentinela paulista erguida pela visão de D. Luís Antônio de Souza, o ativo Capitão-General de São Paulo, para a defesa da Capitania naquelas paragens longínquas do nosso território, pondo com as guardas armadas um paradeiro às constantes invasões dos geralistas, preocupados com o pagamento das cem arrobas anuais de ouro à Coroa Portuguesa¹⁵.

No ano de 1778 foi feito um recenseamento e essa região do Rio Pardo contava com 21 fogos, sendo que sete deles eram compostos por mineradores. Havia ali uma população de 170 habitantes.

Através desses recenseamentos, verificaremos até onde se desenvolveu a Freguesia, pelo número de seus habitantes: 1778 – 21 fogos e 170 habitantes; 1782 – 20 fogos e 233 habitantes; 1783 – 34 fogos e 330 habitantes; 1787 – 23 fogos e 276 habitantes; 1790 – 32 fogos e 278 habitantes; 1791 – 32 fogos e 168 habitantes; 1792 – 23 fogos e 190 habitantes e 1797 – 20 fogos e 160 habitantes¹⁶.

Os seus moradores também encontraram ouro nas cercanias de Caconde, como no Registro de São Mateus e em Bom Jesus. Isso contribuiu para que os moradores se dispersassem e por isso no ano de 1797 ocorreu essa baixa populacional. Num recenseamento feito em 1793 o “Registro” aparece com 37 fogos, esse lugar também foi muito importante para definir as fronteiras com Minas Gerais.

Com a descoberta do ouro e afluência de aventureiros em 1765, ergueu-se às margens do Bom Sucesso o arraial de N. S. da Conceição, ali sendo instalado um Registro, o do Rio Pardo, cuja finalidade precípua, como vimos, era evitar evasão das rendas reais. Esse Registro foi posteriormente transferido para a confluência do Ribeirão São Mateus e Bom Jesus, ganhando o nome do primeiro deles¹⁷.

A exploração do ouro cacondense - mesmo que modesta e incapaz de criar grandes núcleos populacionais - contribuiu para o desenvolvimento da povoação e para a instalação da gente paulista e mineira.

As retiradas de ouro variaram entre 60 oitavas até 200 oitavas no ano de 1778. Nos anos seguintes as retiradas diminuem, sendo que em 1803 apenas um minerador é encontrado com o nome de Josefa Maria e no outro ano não há registros de nenhum outro minerador.

Existiam nesse ano 76 fogos na já então Freguezia de N. S. da Conceição das Cabeceiras do Rio Pardo. Desses 76 chefes de família, somente 7 se dedicavam à lavra do ouro, sendo os restantes agricultores, 'plantando para o seu gasto'. O precioso minério é cada vez mais escasso. No ano seguinte depara-se apenas Josefa Maria Liz, tirando de 80 a 90 oitavas anuais; Tomás de Sousa, com 120 oitavas; Francisca Luísa Alvarenga, com 200 oitavas, nomes já conhecidos e um novo mineiro, João José Fernandes, com 100 oitavas anuais. Em 1803 ainda aparece Josefa Maria. Daí por diante, nenhuma outra referência. O pequeno povoado entra em decadência, sendo totalmente abandonado¹⁸.

Com a escassez das minas de ouro cacondenses, a sua cata entra em declínio nos anos de 1790. A partir de então o lugar fica abandonado e os movimentos migratórios começam a ganhar intensidade novamente a partir da segunda metade de 1800, neste período muitas sesmarias foram concedidas na região, devido às transformações populacionais e agrárias que ocorreram na passagem do século XVIII para o XIX.

Afirma-se que a crise do ouro em Caconde foi uma decadência para o lugar, de fato o número populacional se reduziu e em muitas crônicas locais e mesmo o historiador Adriano Campanhole afirma essa decadência.

Contudo, acreditamos que, se houve decadência, ela foi de curto prazo e necessária para que a região exercesse novas formas de atração aos demais

“intranses”, pois se constituiu como um processo histórico fundamental na formação socioeconômica da região cacondense.

A situação também interferiu na religião: a paróquia do “Descoberto do Rio Pardo” passou a ser vinculada a vigária de Cabo Verde (MG), pois não havia a necessidade de padres ou capelães para o local.

Esse vínculo religioso também foi importante, pois, pode ter sido mais uma contribuição para a vinda dos “intranses” mineiros. Podemos pensar que esse fator facilitou o estabelecimento de mineiros e a efetivação da posse no local, pois nesses rincões a Igreja exerceu importante papel como substituta da distante Coroa, já que exercia diversas funções burocráticas.

A junção dos fatores: ouro e a proximidade com Minas Gerais, trouxeram características peculiares para o percurso histórico da região cacondense em relação ao “Caminho dos Guayazes”, que foram fundamentais na diferenciação com as outras localidades de São Paulo.

A região da “Estrada dos Goyazes” transformou-se em torno dos seus pousos e das possibilidades de escoamento e a região de Caconde desenvolveu-se a partir do ouro de aluvião e da administração fiscal que havia ali. Importante destacar que tal fiscalização do governo se dava através dos recenseamentos, dos impostos e da criação e distribuição de cargos nobiliárquicos.

Além disso, aquela era uma região estratégica para a manutenção das fronteiras da capitania paulista, por isso houve a preocupação dos paulistas em proteger aquele povoado, pois ele era um importante marco fronteiro. Uma das maneiras dessa proteção foi estimular a concessão de sesmarias e o estabelecimento de posses. Isso inverteu o quadro decadente devido à escassez do ouro¹⁹.

As posses cacondenses posteriores às catas de ouro já se deram pressionadas pela agricultura voltada ao comércio interno e também pelas fazendas de exportação canavieira. Por isso pensamos que na região do “Descoberto” não houve uma passagem gradual da agricultura de subsistência para agricultura de excedentes. Isso porque a exploração do ouro inibiu que se estabelecesse no local o predomínio da primeira e contribuiu para o surgimento de relações comerciais e econômicas mais complexas, desde o início.

Na região da “Estrada dos Guayazes” essa passagem, acreditamos ter sido gradual, pois favoreceu o surgimento de povoados que tinham como base a agricultura para o consumo próprio.

O elo entre o sul de Minas e parte do antigo oeste paulista, também contribuiu para a peculiaridade da região cacondense, isso pode ser observado na urbanização, nas relações entre as cidades e no cotidiano das pessoas: o jeito de falar, a culinária e as expressões artísticas. Interessante notar como a história contribuiu para isso: primeiro foram os movimentos migratórios e depois foi a estrada de ferro Mogiana, que cortava estes dois estados.

O nordeste paulista, que compreende o Rio Pardo se transformou significativamente entre os séculos XVIII e XIX, surgiram novos núcleos populacionais, novos âmbitos de comercialização, o homem rústico do sertão passou a conviver com os mineiros acostumados com a vida urbana e o corpo oficial do estado se aproximou deste ambiente. Aos poucos o sertão deixou de lado sua característica marcada pelo isolamento.

Foram neste ambiente que surgiram as interações entre vilas, freguesias, bairros espalhadas pela Província de São Paulo, buscando cada um, sua autonomia política através da conquista de uma capela ou uma câmara de vereadores, afirmando novas relações de hierarquia e forjando a construção de novas realidades regionais ao longo do século XIX.

A partir desses núcleos ou bairros é que se formaram algumas cidades da atual microrregião de São João da Boa Vista (SP), como Caconde (SP), Divinolândia (SP), São Sebastião da Gramma (SP) e São José do Rio Pardo (SP). Para ilustrar melhor a formação peculiar desta região vamos estudar através dos parâmetros historiográficos a formação rio-pardense no século XIX.

No momento em que o lugar estava voltado para a produção de ouro não foram encontrados documentos ou relatos que atestam sobre algum tipo de ocupação sistemática em São José do Rio Pardo.

Assim mesmo a formação da comunidade rio-pardense foi correlacionada com Caconde do final do século XVIII e entre os anos de 1810 e 1820, momento em que a economia cacondense se consolidava na agricultura, chegaram às paragens de São José do Rio Pardo, alguns lavradores que foram base para a povoação do local e do futuro bairro do Rio Pardo de Caconde.

-
- ¹ Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Caconde>>. Acesso em: 09 out. 2007.
- ² TOSI, Pedro Geraldo. **Capitais no interior**: Franca e a história da indústria coureiro calçadista (1860-1945). Franca: FHDSS-UNESP, 2002. p. 28
- ³ MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista 1700-1836**. São Paulo: Hucitec: Edusp, 2000. p. 170.
- ⁴ Ibid., p 71-72.
- ⁵ Termo geralmente utilizado na época para filhos nascidos fora de um casamento nos preceitos tradicional da igreja católica.
- ⁶ MARCÍLIO, op. cit., p. 91.
- ⁷ Ibid., p. 95.
- ⁸ Ibid., p. 96.
- ⁹ MARCÍLIO, op. cit., p. 97.
- ¹⁰ CHIACHIRI FILHO, José. **Do “Sertão do Rio Pardo” à Vila Franca do Imperador**. Ribeirão Preto: Ribeirão Gráfica e Editora, 1986. p 126.
- ¹¹ MARCÍLIO, op. cit., p. 102.
- ¹² MARCÍLIO, op. cit., p. 107.
- ¹³ CHIACHIRI FILHO, op. cit., p. 55.
- ¹⁴ CAMPANHOLE, Adriano. **Caconde**: síntese da história de sua fundação e desenvolvimento. São Paulo, 1947. p. 23. Disponível em: <http://www.imaculada.org/Livro%20Campanhole/menu.htm>. Acesso em: 25 jul. 2007.
- ¹⁵ Ibid., p. 3.
- ¹⁶ CAMPANHOLE, op. cit., p. 23.
- ¹⁷ Ibid., p. 31.
- ¹⁸ Ibid., p. 10.
- ¹⁹ CAMPANHOLE, Adriano. **Memória da cidade de Caconde**: freguezia antiga de N. S. Da Conseqção do Bom Sucesso do Rio Pardo. São Paulo: Editora Gráfica Latina, 1979. passim.

REFERÊNCIAS

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis. **Na estrada do Anhanguera**: uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitás, FFLCH/USP, 1999.

CAMPANHOLE, Adriano. **Caconde**: síntese da história de sua fundação e desenvolvimento. São Paulo, 1947. p. 23. Disponível em: <http://www.imaculada.org/Livro%20Campanhole/menu.htm>. Acesso em: 25 jul. 2007.

CAMPANHOLE, Adriano. **Memória da cidade de Caconde**: freguezia antiga de N. S. Da Conseqção do Bom Sucesso do Rio Pardo. São Paulo: Editora Gráfica Latina, 1979.

CHIACHIRI FILHO, José. **Do “Sertão do Rio Pardo” à Vila Franca do Imperador**. Ribeirão Preto: Ribeirão Gráfica e Editora, 1986.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista 1700-1836**. São Paulo: Hucitec: Edusp, 2000.

SILVA, Lauro Monteiro de Carvalho e. **Mogi-Mirim**: subsídios para a sua história. Casa Cardona, Mogi-Mirim, 1960.

SILVA, Lúcia Osório. **Terras devolutas e latifúndios**: efeitos da lei de 1850. Campinas: UNICAMP, 1996.

TOSI, Pedro Geraldo. **Capitais no interior**: Franca e a história da indústria coureiro calçadista (1860-1945). Franca: FHDSS-UNESP, 2002.